

mento mal fala disso ou que o documento técnico não diz nada sobre isso e volta ao questionamento que o Sr. Cândido fez sobre onde estava o parecer técnico do COMPHIC dando como deferido o arquivamento. Osmidio Alencar - PGM - Negou ter falado que o São Pedro não deveria ser restaurado. Júlia Jereissati - IAB - retomou a questão sobre a autorização do arquivamento do processo do São Pedro reforçando que tal ação não foi deferida pelo COMPHIC. Osmidio Alencar - PGM - afirmou que quando se referiu ao documento, quis dizer ação civil pública, os argumentos do ministério público, e disse desconhecer o processo administrativo de tombamento deste imóvel que não era competência dele, apenas as questões judiciais. afirmou que os questionamentos podem contar nos autos. Concluiu dizendo que os apontamentos dos laudos só poderiam ser questionados por Diego Zaranza - CPHC - Fez um adendo em um comentário que a conselheira Júlia fez acerca de quem é a equipe que gere o patrimônio material, disse que a célula é composta pela gerente Marina Fontenele (arquiteta), Vinicius Mesquita (historiador) e Bruno Barros (engenheiro civil). E apontou os projetos e ações da Coordenação do Patrimônio Histórico-Cultural relacionadas a regularização dos processos de tombamentos e legislações. Júlia Jereissati - IAB - quis voltar na questão do laudo técnico e fez a sugestão que o novo fosse feito por um restaurador indagou como a gestão do patrimônio material estava sendo feita e perguntou qual o planejamento técnico dessa gestão. Lembrou que existe uma lista com mais de cinquenta bens tombados provisoriamente, onde estão essas assinaturas, como está a situação do Casarão Gondim, e também o que foi feito com aqueles servidores envolvidos com o Casarão Gondim. Diego Zaranza - CPHC - afirma que já foi apresentado um planejamento estratégico de toda a coordenação do patrimônio histórico cultural também apresentado ao secretário Elpídio Nogueira, e ressaltou que a gerência do COMPHIC não é algo próprio do patrimônio material. Júlia Jereissati - IAB - Disse entender que a gerência não é só do patrimônio material, mas ressaltou que só estão acontecendo desastres nessa parte, por isso perguntou especificamente sobre isso. Karel Guerra - OAB - Falou que era importante saber a opinião do conselho, pois caso se mostrasse contrário, deveria ser encaminhada uma moção para a SECULTFOR dizendo que o COMPHIC se manifestava contra o termino do processo de tombamento do edifício São Pedro, para deixar nítido seu posicionamento. Diego Zaranza - CPHC - disse que é totalmente viável, levar isso em consideração e o próprio conselho já pode fazer esse ofício. Cândido Henrique - IPHAN - Disse que seria importante ressaltar nessa moção que o conselho não foi consultado, portanto até que haja uma apresentação de fato para o COMPHIC do parecer técnico realizado de acordo com a lei, o conselho é contra pelo fato de não ter sido consultado. Karel Guerra - OAB - Concordou com Cândido. Falando da importância de necessidade de informações organizadas sobre todas as situações relacionadas ao edifício São Pedro, assim como os outros imóveis tombados. Júlia Jereissati - IAB - Disse que seria interessante uma nova reunião com a PGM, mas dessa vez com o técnico do São Pedro para desmistificar o que existe por trás desse parecer e tudo que está sendo falado. Diego Zaranza - CPHC - Pediu a indicação de dois representantes do COMPHIC para estarem presentes nessa reunião com a PGM, conforme a solicitação da Júlia Jereissati. Júlia Jereissati - IAB e Karel Guerra - OAB manifestaram interesse e foram os escolhidos. Diego Zaranza - CPHC - Iniciou a próxima pauta fazendo uma recapitulação sobre o desdobramento do Casarão dos Gondim e deu espaço para Júlia Jereissati fazer comentários tendo em vista que ela fez a solicitação da pauta. Júlia Jereissati - IAB - Pediu para lembrar o TAC dos Gondim e perguntou o que aconteceu com os servidores da regional do centro que fizeram as assinaturas. Diego Zaranza - CPHC - Disse que foi instruído um processo investigativo dentro da SER-II (Regional Dois) mas não pode dar mais informações visto que se trata de outra secretaria, se tivesse alguém de lá poderia ser feito esse tipo de questionamento, todas as informações colocadas em ata foram levadas ao Dr. Fernando da PGM para serem analisadas e ver a melhor solução do TAC dos Gondim, inclusive com uma sugestão de

multa. Assim que tiver alguma decisão da PGM será imediatamente informado ao Conselho. Júlia Jereissati - IAB - Lembrou que as sugestões feitas foram de reconstrução do bem ou não uso do solo. Diego Zaranza - CPHC - Falou que foram feitas três considerações diferentes, porém não se recorda ao certo quais foram, mas foi levando em consideração a reconstrução do imóvel, da impossibilidade de construir no terreno, inclusive com IPTU progressivo juntamente com multa. Assim que tiver uma decisão da PGM Sobre o Casarão dos Gondim o Conselho será imediatamente informado. Júlia Jereissati - IAB - Reiterou um pedido para dar mais atenção aos tombamentos provisórios. Julia propôs que seja apresentado cada bem e a situação que se encontra. Karel Guerra - OAB - Concordou, e pediu tanto de processo administrativo, tanto como o que tiver judicial, para se ter um dossiê completo da situação jurídica desses imóveis Zaranza perguntou se todos os conselheiros estão de acordo com a pauta sugerida pela conselheira Júlia Jereissati - IAB ,nenhum conselheiro se posicionou contra e a reunião se encerrou. Estiveram presentes na reunião Diego Zaranza - (CPHC), Carla Camila Girão (SEUMA), Candido Henrique (IPHAN), Alexandre José Martins Jacó (IPHAN), Julia Jereissati (IAB), Karel Guerra (OAB), Gutemberg de Oliveira Pereira (OAB), Maria Clélia Lustosa da Costa (IHGAC) e Leiliane Batista Vasconcelos (SETFOR) Nada mais havendo a tratar, Eu, André Lucas Castelo Branco Teixeira, lavrei a presente Ata que será assinada por mim e pelo presidente do Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Histórico e Cultural de Fortaleza.

**André Lucas Castelo Branco Teixeira**  
**ARTICULADOR DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL**

**Elpídio Nogueira Moreira**  
**PRESIDENTE DO COMPHIC E SECRETÁRIO MUNICIPAL**  
**DA CULTURA DE FORTALEZA**

\*\*\* \*\*

## **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 12 DE JANEIRO DE 2022** **DO CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO DO** **PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL (COMPHIC)**

Ao décimo segundo dia do mês janeiro de 2022, às nove horas e cinquenta minutos, na plataforma de vídeo Google Meet, teve início a reunião do mês de janeiro do Conselho de Proteção do Patrimônio Histórico-Cultural de Fortaleza (COMPHIC), presidida pelo Senhor Elpídio Nogueira Moreira, Secretário da Secretaria Municipal da Cultura de Fortaleza. Às nove horas e trinta minutos foi feita a primeira chamada, mas não havia quórum para iniciar a sessão. A segunda verificação foi realizada às nove horas e cinquenta minutos, sendo constatada a existência de quórum. O Secretário da Cultura, Elpídio Nogueira, iniciou a reunião saudando a presença de todos, afirmando que a mesma está sendo gravada, trazendo à tona as pautas propostas para o encontro: 1. Informes; 2. Aprovação de atas passadas; 3. Deliberação do parecer 070-2021 acerca da poligonal de entorno do Teatro São José; 4. Deliberação do parecer 076-2021 acerca da poligonal de entorno do Ideal Clube; 5. Aprovação das Atas passadas; 6. Deliberação do parecer 071-2021 acerca do Palacete Avenida Central. Elpídio Nogueira falou de alguns informes para os conselheiros, primeiro o restauro das pinturas parietais do Teatro Municipal São José, e que devem ser concluídas no mês de janeiro. O segundo informe são os restauros das esculturas do Servulo Esmeraldo, Interceptor Oceano e Monumento ao Jangadeiro. Por fim, tratou-se do concurso de ideias para a Cidade da Criança, em que a obra de execução do parque já está praticamente concluída. Vinicius Mesquita - CPHC - Fez a leitura das atas de 03/11/2021 e 05/05/2021. Elpídio Nogueira sugeriu que cada conselheiro fizesse a leitura da ata previamente antes da reunião para que não fosse necessária a leitura da mesma durante a reunião para aproveitar melhor o tempo e abriu votação para os membros do conselho para aprovação das atas e votação também do modelo de aprovação. Camila Girão - SEUMA, Julia Jereissati - IAB, Euler

Muniz - UNIFOR, Gutemberg Pereira - OAB, Cândido Henrique - IPHAN, Francisco José Gomes Damasceno - ANPUH e Luiz Carlos - SETUR aprovaram a ata do dia 05/05/2021. Clélia Lustosa - IHGAC, Camila Girão - SEUMA, Francisco José Gomes Damasceno - ANPUH, Euler Muniz - UNIFOR, Júlia Jereissati - IAB e Cândido Henrique - IPHAN aprovaram a ata do dia 03/11/2021. Vinicius Mesquita - CPHC - Questionou se algum conselheiro era contra a fazer a aprovação da ata sem a leitura nas próximas reuniões apenas com as ponderações e correções. Nenhum conselheiro se opôs e na futura reunião já será feito um novo modelo de aprovação de ata. Elpídio Nogueira - SECULTFOR - Iniciou a segunda pauta sobre a poligonal de entorno do Teatro Municipal São José e passou a palavra para Diego Zaranza. O Coordenador saudou os conselheiros e iniciou falando sobre o parecer técnico PT- CEPAM 070-2021 que trata sobre a poligonal de entorno do Teatro Municipal São José, foi enviado previamente para os conselheiros, onde o parecer trata sobre a identificação do bem no primeiro item. No segundo, algumas informações preliminares sobre o processo seguido de uma síntese histórica, até chegar em uma proposta antiga sobre poligonal de entorno que existia na Procuradoria Geral do Município, onde se iniciou esse processo, e questionou a SECULTFOR sobre a poligonal, se pudesse ser homologada e efetivada essa poligonal do Teatro Municipal São José. Ela conflui com a poligonal do Palácio do Bispo que já existia. Tendo em vista a não relevância de uma poligonal tão extensa e que poderia gerar uma certa inconveniência aos proprietários do entorno para pedir autorização várias vezes baseado em duas poligonais, foi reduzido a poligonal apenas para o que foi julgado tratar sobre ambiência e a visibilidade do teatro. Júlia Jereissati - IAB - Perguntou como era a poligonal do teatro para poder ter uma comparação com a proposta. Euler Muniz - UNIFOR - Disse que essa preocupação é muito importante visto às vezes a poligonal fica tão grande e impacta tanto a cidade, cria arestas com os vizinhos, pois o patrimônio tem que ser incorporado pelo cidadão, então se criar uma poligonal enorme, os próprios vizinhos ficam brigando contra ela, acaba atrapalhando o objetivo final do processo. Carla Camila Girão - SEUMA - Perguntou se não seria possível transformar tudo em uma só poligonal envolvendo os dois bens. Diego Zaranza - CPHC - Respondeu a conselheira dizendo que teria que modificar uma poligonal já existente homologada que é a do Palácio do Bispo e a nova do teatro, geralmente se faz isso quando é projeto de tombamento em conjunto. Júlia Jereissati - IAB - Perguntou se as demais posições das poligonais individuais de cada um continuam no mesmo formato. Diego Zaranza - CPHC - Exatamente, respondendo Julia. Elpídio Nogueira - SECULTFOR - Deliberou votação para os conselheiros decidirem sobre a poligonal do Teatro Municipal São José. Clélia Lustosa - IHGAC - Perguntou se as reuniões permaneceriam no Teatro São José. Elpídio Nogueira - SECULTFOR - respondeu Clélia dizendo que isso estava sendo cogitado mas devido as variantes da Covid 19 e muitas pessoas testando positivo, mas assim que passar, as reuniões devem voltar para lá. Júlia Jereissati - IAB, Gutemberg Pereira - OAB, Euler Muniz - UNIFOR, Luiz Carlos da Costa - SETUR, Camila Girão - SEUMA, Cândido Henrique - IPHAN, Clélia Lustosa - IHGAC, aprovaram a nova poligonal do Teatro Municipal São José. José Gomes Damasceno - ANPUH - se absteve e a poligonal foi aprovada. Elpídio Nogueira - SECULTFOR - Iniciou a deliberação da pauta seguinte sobre a poligonal de entorno do Ideal Clube. Diego Zaranza - CPHC - explicou que o parecer técnico PT-CEPAM 076-2021 seguiu os mesmos moldes do passado, 070-2021, e como proposta antiga dessa poligonal de entorno ela estava apenas circunscrita ao quarteirão do Ideal Clube. Em pergunta à Procuradoria Geral do Município, PGM, perguntou se o formato atual deveria ser mantido. Depois de uma análise da CPHC, foi percebido que o entorno não estava sendo levado em conta, porém muita coisa já havia sido modificada e que poderiam ter sido englobados, por exemplo um conjunto de casas residenciais que existiam próximo a Monsenhor Tabosa, mas infelizmente já foram demolidas. Essa poligonal foi ampliada, visto que a visada lateral, lado oeste, onde existe um dos acessos principais

do clube, outro local que veio a ser englobado foi a faixa de orla em frente ao clube. Apesar de ser proibida a construção nesse espaço, antigamente existiam construções no local, então por certo receio de que algum proprietário possa vir a reivindicar esse espaço ou direito de construir no local, e também existe o relacionamento do Ideal Clube com o mar e com a praia de Iracema. Clélia Lustosa - IHGAC - Perguntou que tipo de construção existe no lado esquerdo do clube. Diego Zaranza - CPHC - Respondeu a pergunta de Clélia dizendo que existe um espaço com uma residência baixa, um hotel de altura média. Não existem prédios altos mas imóveis edificadas no local. Júlia Jereissati - IAB - O problema não é nem a poligonal para a esquerda, e sim para a direita, onde está sendo construído um prédio de alto gabarito. Diego Zaranza - CPHC - Em relação a esse prédio, como ele já foi aprovado em outros lugares e já está sendo construído. Nada pode ser feito, por isso a poligonal não cresceu para o lado direito. Júlia Jereissati - IAB - Quanto ao lado direito para a frente, será que não teria a necessidade, pois lá ainda não é prédio alto. Diego Zaranza - CPHC - Lá existia a antiga casa do senador Carlos Jereissati, que foi demolida. Júlia Jereissati - IAB - Essa parte ainda está na horizontal, e caso não seja protegido, poderá ser feito outro paredão que impediria o visual. Diego Zaranza - CPHC - Cada metro andado na poligonal tem que ser muito bem justificado, principalmente levando em consideração a ambiência. Em relação a visibilidade tudo vai interferir de alguma forma, mas foi levada em consideração a questão da ambiência. Cândido Henrique - IPHAN - Fez algumas considerações em relação a poligonal. Inicialmente é uma alteração tardia visto que dentro da poligonal proposta existe uma edificação que faz uma sombra no próprio Ideal e aproveitou para propor caso ainda não tenha sido feito, verificar a visada da Rui Barbosa com Historiador Raimundo Girão em relação ao mar, pois foi proposto um acréscimo em direção a faixa de areia por causa do mar, então visando exatamente ter essa proteção em casos futuros. Cândido Henrique - IPHAN - considerou o aumento da poligonal a oeste desnecessária, pois não existem muitas alternativas do que fazer em relação à proteção. Diego Zaranza - CPHC - Quando fala da Avenida Rui Barbosa com Historiador Raimundo Girão é exatamente o campo de visão que abrange a faixa de areia e uma parte do antigo Boteco Praia. Cândido Henrique - IPHAN - Esse local talvez tenha os três maiores empreendimentos imobiliários da cidade, então é uma área bem delicada. Júlia Jereissati - IAB - Esse lado a esquerda não tem mais sentido, visto que já tem um prédio estabelecido, então não tem muita necessidade desse lado, mas onde era o local do boteco praia, tem necessidade. Clélia Lustosa - IHGAC - Questionou se a lei garante, caso já tenha um projeto aprovado na prefeitura, é possível fazer algo retroativo? Diego Zaranza - CPHC - Isso foi levado em consideração já que existia edificações ao leste que já estavam em construção a oeste também, bem adiantadas e a frente com projetos já aprovados. Diego Zaranza - CPHC - Concordeu com o presidente do IPHAN, que a poligonal é um pouco tardia, desde o início do seu decreto a poligonal já devia estar englobando algumas áreas. Clélia Lustosa - IHGAC - Perguntou qual a razão da poligonal ser expandida a oeste, só impedir que a casa seja transformada em prédio, haja vista que lá já engloba edifícios, uma poligonal feita somente com esse objetivo, pois existem quatro prédios e caso o proprietário da casa queira fazer um prédio ele vai ter que entrar na justiça? Porque a casa dele vai atrapalhar a visada e os outros edifícios não, como justificar isso, qual o limite de altura desses prédios? Euler Muniz - UNIFOR - Na realidade o que a Clélia está falando é sobre a eficácia, já está tudo edificado em volta, então o impacto provocado por essa edificação no prédio de dez andares ou cinquenta é praticamente o mesmo, o que realmente tem de eficaz realmente é essa ocupação da praia, então cabe sim ocupar essa faixa de areia na frente do ideal, mas lateralmente na parte posterior não se vê tanto sentido. Clélia Lustosa - IHGAC - Perguntou para Euler se depois dos inícios das obras a poligonal pode ser alterada. Euler Muniz - UNIFOR - Respondeu explicando que em princípio é direito adquirido, quando se aprova um projeto se tem um prazo de cinco anos para poder construir, mas se já começou e

está sendo usado um instrumento legal, ele está respaldado, não se pode alterar a lei para prejudicar o que já está em andamento. Diego Zaranza - CPHC - Então com a explicação do Conselheiro Euler já está respondido a questão do boteco praia sobre o porque a poligonal não irá ser expandida para lá, com relação ao quarteirão a oeste, foi levado em consideração parecido com que o Cândido colocou, a olhar sobre a rua na Monsenhor Bruno, como se relacionava o Ideal Clube de um lado, e do outro lado as edificações que tinham lá dentro, baixas, existe um hotel ao lado apenas de dois andares, em seguida vem um terreno vazio, logo depois uma pousada também com dois andares e apenas na esquina com Historiador Raimundo Girão que vai ter um edifício um pouco mais alto. Clélia Lustosa - IHGAC - Qual o limite das construções no quarteirão da poligonal? Diego Zaranza - CPHC - Respondeu Clelia alegando não saber se foi colocado um gabarito estipulando o máximo, até porque o problema dentro da poligonal de entorno não é o gabarito e sim a forma que é construído, então é muito do partido arquitetônico. Euler Muniz - UNIFOR - Disse que caso não seja bem definido pode dar margem para muitas discussões jurídicas porque um vizinho construiu de pavimentos e o outro só vai poder construir três, se eles estão no mesmo alinhamento, mesma distância da edificação tombada? Diego Zaranza - CPHC - Se todos os conselheiros concordarem, a pauta da poligonal do ideal clube pode ser levada para ser aprovada na próxima reunião, inclusive com as considerações sendo enviadas por email, como por exemplo até a sugestão de gabarito. Diego Zaranza - CPHC - Recebeu informações que o gabarito máximo estava decidido, e o limite foi decidido em quatro metros para novas edificações, isso levando tanto em consideração o lado oeste como a faixa de areia. Cândido Henrique - IPHAN - Reforçar essa visada da frente. Caberia estender um pouco mais essa faixa praial para o lado oeste, uma vez que é uma área que está desocupada atualmente e que tem relação com o clube. Clélia Lustosa - IHGAC - Pediu para o Euler Muniz esclarecer a questão do prédio de quatro metros. Euler Muniz - UNIFOR - Se for aprovado, vai gerar a possibilidade jurídica, porque se hoje o cidadão tem uma casa não pode se verticalizar e o prédio vizinho com o mesmo impacto na edificação tombada pôde. Poderia ter uma segunda opção onde a poligonal avança para faixa de praia e os lados ficaria sem mudança visto que já estão edificadas Elpidio Nogueira - SECULTFOR - Devido o perdurar do dissenso, seria melhor levar isso para próxima reunião e o Diego traria todas as informações, inclusive com algumas de plano diretor. Conselheiros deram o aval para adiar a decisão para a próxima reunião. Clélia Lustosa - IHGAC - Ressaltou o caso do projeto da beira mar, o que chama atenção é que ao descer as avenidas em direção a Beira mar, é só se ver os bares tirando a visão da praia, e questionou se o projeto foi mal calculado. Diego Zaranza - CPHC - Respondeu dizendo que o projeto da Beira Mar foi passado em pontos específicos para a Secretaria de Cultura de Fortaleza (SECULTFOR), o que era de competência, por exemplo, a feirinha da volta da Jurema que é um patrimônio histórico. Euler Muniz - UNIFOR - Essa situação é muito parecida com a da Igreja pescadores de São Pedro, na época a poligonal lá era enorme, então pra que esse aumento ao lado do bem tombado já temos edificações verticalmente concluídas? Elpidio Nogueira - SECULTFOR - Seguiu para a última pauta da reunião sobre a deliberação do parecer 071-2021 que trata do restauro do Palacete da avenida central (Casarão dos Fabricantes). Diego Zaranza - CPHC - Reforçou que todos os conselheiros já conhecem bem o projeto, alguns fizeram considerações, e o arquiteto Lucas Rozzoline acatou todas as alterações, lembrando que a apresentação do projeto conceitual foi feita em 07/07/2021. O Ministério Público se demonstrou interessado em acompanhar o fluxo processual. Elpidio Nogueira - SECULTFOR - Inicia a votação e abre espaço para os conselheiros votarem. Clélia Lustosa - IHGAC, Euler Muniz - UNIFOR, Camila Girão - SEUMA, Cristina Holanda - SECULT CE, Francisco Damasceno - ANPUH, Gutemberg Pereira - OAB, Luiz Carlos da Costa - SETUR foram favoráveis ao projeto, Júlia Jereissati - IAB e Cândido Henrique - IPHAN se abstiveram e o projeto é aprovado. Júlia Jereissati - IAB -

Explicou o motivo de se abster e disse que a mudança foi muito brusca e ficou parecendo uma recriação neoclássica. Cândido Henrique - IPHAN - Disse que se absteve por seguir o mesmo pensamento da Julia e percebe-se que teve mudanças muito significativas. Elpidio Nogueira - SECULTFOR - Declarou o projeto aprovado, agradeceu a presença de todos os conselheiros presentes e encerrou a reunião. Elpidio Nogueira Moreira (SECULTFOR), Euler Sobreira Muniz (UNIFOR), Carla Camila Girão de Albuquerque (SEUMA), Cândido Henrique (IPHAN), Júlia Jereissati (IAB), Francisco José Gomes Damasceno (ANPUH), Maria Clélia Lustosa (IHGAC), Maria do Socorro (SETUR/CE), Cristina Rodrigues Holanda (SECULT/CE) e Gutemberg Pereira - (OAB/CE) Diego Zaranza (SECULTFOR).

**Elpidio Nogueira Moreira**  
**PRESIDENTE DO COMPHIC E SECRETÁRIO MUNICIPAL**  
**DA CULTURA DE FORTALEZA**

\*\*\* \*\*

## **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 06 DE ABRIL DE 2022 DO CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL (COMPHIC)**

Ao sexto dia do mês abril de 2022, às nove horas e cinquenta minutos, na plataforma de vídeo Google Meet, teve início a reunião do mês de abril do Conselho de Proteção do Patrimônio Histórico-Cultural de Fortaleza (COMPHIC), presidida pelo Senhor Elpidio Nogueira Moreira, Secretário da Secretaria Municipal da Cultura de Fortaleza. Às nove horas e trinta minutos foi feita a primeira chamada, mas não havia quórum para iniciar a sessão. A segunda verificação foi realizada às nove horas e cinquenta minutos, sendo constatada a existência de quórum. O Secretário da Cultura, Elpidio Nogueira, iniciou a reunião saudando a presença de todos, trazendo à tona as pautas propostas para o encontro: 1. Informes; 2. Aprovação de atas passadas; 3. Deliberação do parecer 076-2021 acerca da poligonal de entorno do Ideal Clube; 4. Deliberação do parecer 034-2022 acerca do projeto de restauro no Clube Náutico Atlético Cearense; 5. Chácara Salubre. Elpidio Nogueira começou com os informes, falando sobre a aquisição de equipamentos culturais dos Maracatus de Fortaleza através de um convênio no qual foi celebrada a contratação de uma pessoa jurídica para aquisição de equipamentos, "os quais são": setenta cabos de microfone de baixa impedância, quatorze caixas de som ativa, quatorze caixas de som passiva, quatorze mesas de som, quatorze mesas de som oito canais, setenta microfones, quarenta e dois suportes para microfone girafa e quatorze notebooks, divididos para os quatorze grupos culturais do Maracatu. Informou que no dia vinte e cinco de março, em frente ao Estoril, foi feita a festa do Maracatu, evento que contou com várias pessoas. Outro evento informado foi a exposição Sinhá D'Amora que estava ocorrendo no Shopping Benfica. Também informou acerca da conclusão do restauro das pinturas do teatro São José e as esculturas da Beira Mar do Sérvulo de Esmeraldo que estão em processo de execução. Ademais, foi citada nos referidos informes a execução da peça de teatro "É Proibido Proibir" que ocorreu no mesmo dia seis de abril no teatro São José, o qual começou a retomada de suas atividades como casa de espetáculo. Para finalizar os referidos informes, foram aprovadas as atas de 17/06/2020, 21/07/2021 e 12/01/2022. Isto posto, considerou que, caso ninguém se manifestasse, as atas seriam consideradas aprovadas. Ninguém manifestou-se verbalmente em oposição à aprovação das atas, nestes termos, as três atas foram aprovadas. Em seguida, iniciou-se a pauta sobre a poligonal de entorno do Ideal Clube. Marina Fontenele - CPHC - Afirmou que essa pauta, sobre a poligonal do Ideal Clube, foi trazida na reunião passada do Conselho, mas como houve muitos questionamentos por partes dos conselheiros, foi decidido, na época, adiar a deliberação para que se pudesse trazer um esclarecimento maior sobre os questionamentos que foram levantados. De acordo com ela, inicialmente essa demanda chegou para a Coordenação do Patrimônio Histórico-Cultural (CPHC) através da Procuradoria Geral do Município (PGM) na data de